

MEDELLIN, QUARENTA ANOS: 1968-2008

Passadas quatro décadas da Conferência de Medellín (26 de agosto a 07 de setembro de 1968), já dispomos de suficiente recuo histórico para aquilatar seu significado, medir o raio de sua influência e seus desdobramentos sociais, eclesiais e espirituais¹.

Alguns eventos grandemente prezados e festejados perdem, anos depois, seu brilho e vigor, enquanto outros se revelam fonte permanente de inspiração e renovação, “como árvore plantada junto a riachos, que dá seu fruto no tempo devido e cujas folhas nunca fenecem”, (Sl 1, 3), na bela imagem do salmista.

UMA IGREJA COM ROSTO PRÓPRIO

Como o passar do tempo, cresceu a consciência de que em Medellín foi lavrada, num certo sentido, a ata de nascimento da Igreja latino-americana e caribenha, com rosto próprio e protagonismo eclesial, cheia de significado para si, mas também para as igrejas irmãs dos outros continentes, para a igreja particular de Roma e para a caminhada de outras igrejas cristãs. Medellín teve ainda grande impacto na vida dos cristãos comuns, de suas comunidades e pastorais e no panorama político e social do continente.

Propomo-nos salientar alguns aspectos de Medellín que continuam vigentes e influentes; examinar sua relação com as posteriores conferências gerais do episcopado latino-americano e caribenho, Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e, em especial, Aparecida (2007) e identificar os novos desafios colocados pela cambiante realidade do continente, do mundo e da igreja.

Podemos dizer que, de modo geral, Medellín teve diante dos olhos a dramática realidade da América Latina e do Caribe e confrontou-a com o evento e os documentos

¹ Acaba de ser publicada importante obra sobre Medellín, à luz do Vaticano II: SCATENA, Silvia, *In Populo Pauperum* – La Chiesa Latinoamericana dal Concilio a Medellín (1962-1968). Bologna: Il Mulino, 2007.

do Concílio Vaticano II (1962-1965), desenvolvendo uma recepção conciliar, ao mesmo tempo, fiel e criativa, seletiva e inovadora.

Escutar o grito dos pobres, como interpelação evangélica, comprometer-se com eles e agir, para transformar a igreja e o mundo, foi a inspiração que animou a Assembléia de Medellín:

“Não basta refletir, obter maior clareza e falar. É preciso agir. Esta não deixou de ser a hora da *palavra*, mas tornou-se, com dramática urgência, a hora da *ação*”².

NA EVANGELII NUNTIANDI, UM RECONHECIMENTO UNIVERSAL DA LIBERTAÇÃO

Seis anos depois, Medellín ganhou foros de universalidade. O Sínodo sobre a Evangelização (1974). A *Evangelii Nuntiandi* acolheu suas principais propostas, transformando-as em contribuições para o conjunto da Igreja, notadamente sua ênfase na libertação e no laço entre evangelização e promoção humana, entre desenvolvimento e libertação:

“A Igreja repetiram-no os bispos, tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, sendo muitos destes seus filhos espirituais; o dever de ajudar uma tal libertação nos seus começos, de dar testemunho em favor dela e de envidar esforços para que ela chegue a ser total. Isso não é alheio à evangelização” (EN 30).

“Entre evangelização e promoção humana – desenvolvimento e libertação – existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica, dado que o homem que há de ser evangelizado não é um ser abstrato, mas sim um ser condicionado pelo conjunto dos problemas sociais e econômicos; laços de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da Criação do plano da Redenção, um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade: como se poderia realmente proclamar o mandamento novo sem

² Introdução às Conclusões – Presença da Igreja na atual transformação da América Latina, parágrafo 3, in CELAM, *Conclusões de Medellín*. Petrópolis, Vozes, 1969, p. 41

promover na justiça e na paz o verdadeiro e o autêntico progresso do homem?” (EN 31).

A acolhida calorosa das intuições de Medellín na EN transformou-se dez anos depois numa série de suspeitas e advertências a respeito da pastoral e da teologia da Igreja Latino-americana na “Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação” da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (*Libertatis Nuntius*: 06-08-1984). A firme reação da Conferência Episcopal do Brasil acerca da visão unilateral e marcadamente negativa da Instrução que lançava uma nuvem de suspeita sobre a própria Igreja e seu episcopado; o desconforto no Peru com as pressões para que a Igreja local censurasse o teólogo Gustavo Gutierrez e o inconformismo no Brasil, com o processo e o silêncio obsequioso impostos ao teólogo Leonardo Boff, desembocaram num segundo documento que resgatava os aspectos positivos da caminhada eclesial e da reflexão teológica latino-americana: a “Instrução sobre a Liberdade cristã e a libertação” (*Libertatis conscientia*: 22-03-1986). Levou também à convocação em Roma de uma inusitada mesa de diálogo entre o Papa acompanhado de seus auxiliares mais diretos e a presidência da CNBB, os presidentes dos seus Regionais e os cardeais brasileiros, de 13 e 15 de março de 1986.

Depois do encontro, o Papa escreveu aos bispos do Brasil dizendo: [...] Estamos convencidos, nós e os senhores, de que a teologia da libertação é não só oportuna, mas útil e necessária. Ela deve constituir uma nova etapa – em estreita conexão com as anteriores – daquela reflexão teológica iniciada com a Tradição apostólica e continuada com os grandes Padres e Doutores, com o Magistério ordinário e extraordinário e, na época mais recente, com o rico patrimônio da Doutrina Social da Igreja, expressa em documentos que vão da *Rerum Novarum* à *Laborem Exercens*”³.

O Papa confia ainda ao Episcopado brasileiro a tarefa de acompanhar o desenvolvimento da teologia da libertação: “Tal papel, se cumprido, será certamente um serviço que a Igreja pode prestar ao País e ao quase-Continente latino-americano, como também a muitas outras regiões do mundo, onde os mesmos desafios se apresentam com análoga gravidade. Para cumprir esse papel é insubstituível a ação

³ João Paulo II, *Mensagem do Santo Padre ao Episcopado do Brasil*. Roma, 9 de abril de 1986. São Paulo: Loyola, 1986, p. 6.

sábria e corajosa dos pastores, isto é, dos Senhores. Deus os ajude para que aquela correta e necessária teologia da libertação se desenvolva no Brasil e na América Latina, de modo homogêneo e não heterogêneo com relação à teologia de todos os tempos, em plena fidelidade à doutrina da Igreja, atenta a um amor preferencial e não excludente nem exclusivo para com os pobres”⁴.

A crise acerca da herança de Medellín e cujos contornos mais visíveis foram as duas Instruções sobre a Teologia da Libertação e a Carta do Papa ao Episcopado brasileiro resultaram num reconhecimento mais amplo e universal das questões ali levantadas e das respostas eclesiais, pastorais e teológicas ali encaminhadas.

Deve-se reconhecer, entretanto, que a libertação em Medellín estava mais vinculada aos aspectos econômicos e políticos da realidade. Só mais tarde outras dimensões como as discriminações de caráter cultural, de gênero, de raça e de cor, de orientação sexual, ou os desafios que emergem do meio ambiente ganharam maior atenção na reflexão teológica em chave libertadora. Hoje as teologias eco-feministas, a teologia índia, a teologia negra, a teologia da inculturação e toda uma espiritualidade libertadora representam desdobramentos importantes no campo da reflexão que se reconhece herdeira da teologia que nasce de Medellín.

NO MÉTODO, O SEGREDO DE MEDELLÍN

O MÉTODO herdado da Juventude Operária Católica de Joseph Cardijn, que se inicia com o VER, destinado a desvendar a realidade, que prossegue com o JULGAR, para desembocar no AGIR, inspirou-se também na teologia dos “Sinais dos Tempos” da *Gaudium et Spes* e foi o fio condutor de todos os trabalhos de Medellín, cujo “ver” e “julgar” estão anunciados logo na primeira linha do documento 1 sobre a Justiça:

“Existem muitos estudos sobre a situação do homem latino-americano. Em todos eles se descreve a miséria que marginaliza grandes grupos humanos. Essa miséria, como fato coletivo, é injusta que brada aos céus” (MED 1, 1).

O “agir” aparece ao final de cada um dos 16 documentos sob a forma de pistas pastorais.

⁴ Ibidem, p. 7.

Esse método empregado em todos os documentos de Medellín e posteriormente na elaboração da Teologia latino-americana da Libertação foi expressamente proibido pela presidência da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Santo Domingo (1992) e vetado igualmente no Sínodo da América (1997).

Em Aparecida (2007), porém, os bispos latino-americanos, fizeram questão de retomar a herança de Medellín e de justificar sua escolha:

“Em continuidade com as Conferências Gerais anteriores do Episcopado Latino-americano, este documento faz uso do método “ver, julgar e agir”. [...] Muitas vezes, vindas de todo o Continente, ofereceram contribuições e sugestões nesse sentido, afirmando que este método tem colaborado para que vivamos mais intensamente nossa vocação e missão na Igreja: tem enriquecido nosso trabalho teológico e pastoral e, em geral, tem-nos motivado a assumir nossas responsabilidades diante das situações concretas de nosso continente. Este método nos permite articular, de modo sistemático, a perspectiva cristã de ver a realidade; a assunção de critérios que provêm da fé e da razão para seu discernimento e valorização com sentido crítico; e, em conseqüência, a projeção do agir como discípulos missionários de Jesus Cristo (AP 19)⁵.

NA GLOBALIZAÇÃO, A PASSAGEM DA OPRESSÃO À EXCLUSÃO

A leitura da realidade em Medellín está marcada pela teoria da dependência que tentava explicar o subdesenvolvimento da maioria dos povos pelo desenvolvimento desigual e assimétrico entre norte e sul do mundo e por novas formas de colonialismo internacional agravadas por colonialismos internos. Reflete igualmente o impacto da tomada de consciência, por parte os setores populares, da secular opressão econômica e dominação política responsáveis pela pobreza e miséria das maiorias. Reflete ademais o despertar dos movimentos populares no campo e nas cidades e a decisão da Igreja de somar-se a eles em suas lutas e reivindicações.

⁵ Neste parágrafo, o texto citado segue o documento aprovado na manhã de 31 de maio, dia do encerramento da V Conferência com 127 favoráveis sobre 130 votantes, havendo ainda 2 votos contra e 1 abstenção. Este Documento Conclusivo de Aparecida ganhou o título de “versão não oficial”. Foram, em seguida, introduzidas cerca de 200 modificações tanto pelo CELAM, sob a responsabilidade do seu Secretário Geral Mons. Andrés Stanovnik, como em Roma, por diversos organismos da Cúria e se encontram incorporadas sob a forma de supressões, acréscimos e deslocamentos, na versão oficial publicada no Brasil com o título: *Documento de Aparecida – Texto Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe*. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas e Paulus, 2007.

Em Medellín, a Igreja assume como tarefa pastoral:

“Alentar e favorecer todos os esforços do povo para criar e desenvolver suas próprias organizações de base, pela reivindicação e consolidação dos seus direitos e busca de uma verdadeira justiça” (MED 2, 27).

Se Medellín via a raiz das desigualdades e da opressão na exploração do trabalho e nos mecanismos injustos do comércio internacional, essa leitura sofre o impacto de importantes mudanças. Aparecida identifica no atual modelo de globalização a causa principal das injustiças e das novas desigualdades: “[...] Na globalização, a dinâmica do mercado absolutiza com facilidade a eficácia e a produtividade como valores reguladores de todas as relações humanas. Esse caráter peculiar faz da globalização um processo promotor de iniquidades e injustiças múltiplas” (AP 67).

Prossegue o documento de Aparecida:

“[...] Uma globalização sem solidariedade afeta negativamente os setores mais pobres. Já não se trata simplesmente do fenômeno da exploração e opressão, mas de algo novo: a exclusão social. Com ela a pertença à sociedade na qual se vive, fica afetada na raiz, pois já não [se] está abaixo, na periferia ou sem poder, mas [se] está fora. Os excluídos não são somente ‘explorados’, mas ‘supérfluos’ e ‘descartáveis’ (AP 65).

LEITURA POPULAR DA BÍBLIA

Não há em Medellín um documento específico que retome a Constituição dogmática *Dei Verbum* do Concílio, mas a PALAVRA DE DEUS, devolvida ao povo nos círculos bíblicos, nas comunidades eclesiais de base e no movimento da leitura popular da Bíblia esteve no coração da revolução provocada por Medellín. Para tanto, contribuiu, e muito, a generosa iniciativa da Comunidade de Taizé na França que, após o Concílio, doou às igrejas da América Latina, mormente à Católica, 1 milhão de exemplares do Novo Testamento em castelhano e outro 1 milhão em português, para serem distribuídos gratuitamente às comunidades mais pobres.

O então Cardeal Joseph Ratzinger, em entrevista em 1995, viu na leitura popular da Bíblia, importante contribuição da Teologia da Libertação latino-americana:

“A exegese deu-nos muitos elementos positivos, mas também fez com que surgisse a impressão de que uma pessoa normal não é capaz de ler a Bíblia, porque tudo é tão complicado. Temos de voltar a aprender que a Bíblia diz alguma coisa a cada um e que é oferecida precisamente aos simples. Nesse caso, dou razão a um movimento que surgiu no seio da teologia da libertação que fala da *interpretación popular*. De acordo com essa interpretação, o povo é o verdadeiro proprietário da Bíblia e, por isso, o seu verdadeiro intérprete. Não precisam conhecer todas as nuances críticas; compreendem o essencial. A teologia, com os seus grandes conhecimentos, não se tornará supérflua, até se tornará mais necessária no diálogo mundial das culturas. Mas não pode obscurecer a suprema simplicidade da fé que nos põe simplesmente diante de Deus, e diante de um Deus que se tornou próximo de mim ao fazer-se Homem”⁶.

CELEBRAR NA ALEGRIA E DE MANEIRA INCULTURADA

Na esfera da LITURGIA, ao incentivar Medellín a celebração em pequenos grupos e comunidades logrou que fé e vida se encontrassem e que eventos alegres ou sofridos encontrassem o caminho da esperança pascal. A busca da inculturação floresceu no encontro entre as culturas locais do continente e a celebração litúrgica apoiada por uma explosão de músicas e cânticos de raiz popular. A experiência pioneira de Dom Sérgio Mendes Arceo na Catedral de Cuernavaca no México, com a missa animada ao ritmo dos instrumentos e melodias dos Mariachis, encontrou novas expressões profundamente belas e dinâmicas no mundo centro-americano com a Missa Nicaraguense e a Missa Salvadorenha e mais ao sul com a Missa Crioula na Argentina. No Brasil, a Missa da Terra Sem Males, com poemas de Dom Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra e música do compositor indígena, Martín Coplas, inspirou-se no mito da Terra Sem Males dos povos guarani. A Missa dos Quilombos escrita pelos mesmos poetas, com música do cantor negro Milton Nascimento atualizou a memória

⁶ RATZINZER, Cardeal Joseph, *O Sal da Terra: O cristianismo e a Igreja Católica no Limiar do Terceiro Milênio*. Um diálogo com Peter Seewald. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 210-211.

de populações escravizadas que fugiram para construir quilombos⁷ da liberdade e celebrou o atual renascimento cultural e espiritual dos afro-descendentes⁸.

DESCER DA CRUZ OS CRUCIFICADOS DE HOJE

No campo da CRISTOLOGIA, Medellín recupera a leitura de LG 8 que parte da humanidade de Jesus e de sua identificação com os mais pobres, na linha do servo sofredor de Isaías e da kénosis do hino de Filipenses (Fl 2, 6). Propõe como tarefa concreta, “descer da cruz os crucificados de hoje”. Dito de outra maneira, o cerne da cristologia encontra-se no seguimento de Jesus no seu compromisso libertador com os excluídos:

“É o mesmo Deus [que criou o homem à sua imagem e semelhança] que, na plenitude dos tempos, envia seu filho para que feito Carne liberte a todos os homens de todas as escravidões a que os sujeitou o pecado: a fome, a miséria, a opressão e a ignorância – em uma palavra, a injustiça e o ódio que têm sua origem no egoísmo humano (Jo 8, 32-35). Por isso, para nossa verdadeira libertação, necessitamos todos de uma profunda conversão para que chegue a nós o ‘Reino de Justiça, de amor e de paz’” (MED 1, 3).

Um dos mais belos desdobramentos da cristologia de Medellín encontra-se no documento de Puebla:

“Esta situação de extrema pobreza generalizada adquire na vida real, feições concretíssimas nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor que nos questiona e interpela” (P 31). Numa leitura histórico-estrutural das exclusões e opressões que se abateram e continuam pesando sobre o povo, Puebla enumera os rostos sofredores de indígenas e afro-americanos, de camponeses e operários, dos subempregados e desempregados, dos marginalizados e favelizados, de crianças abandonadas e exploradas, de jovens desorientados e frustrados e de anciãos cada vez mais numerosos e colocados à margem sociedade (P 31-39).

⁷ Aldeias de escravos fugidos, conhecidas como “palenques” na América hispânica ou “maroon’s societies” nas Antilhas inglesas.

⁸ Ambas as missas sofreram proibição por parte de Roma. Alegou-se que colocavam em risco da “unidade do rito romano” e que “a celebração eucarística deve ser somente memorial da morte e ressurreição do Senhor e não (trazer) reivindicação de qualquer grupo humano ou racial”. Carta da Sagrada Congregação do Culto Divino a Dom Ivo Lorscheiter – Roma, 02 de março de 1982, n. 1649/81, in Comunicado Mensal CNBB, n. 354, março 1982, p. 258.

Essa inspiração é retomada conscientemente em Aparecida:

“Se essa opção [pelos pobres] está implícita na fé cristológica, os cristãos, como discípulos e missionários, são chamados a contemplar, nos rostos sofredores de nossos irmãos, o rosto de Cristo que nos chama a servi-Lo neles: ‘Os rostos sofredores dos pobres são rostos sofredores de Cristo’” (AP 393).

POR UMA IGREJA DE COMUNIDADES, SERVIDORA E POBRE

A ECLESIOLOGIA de Medellín assimila perfeitamente as grandes intuições da *Lumen Gentium*: Igreja como Povo de Deus; batismo, como fonte e raiz dos ministérios; o chamado de cada cristão à santidade e ao apostolado. Dá, porém, alguns passos à frente, ao mesmo tempo em que radicaliza outros.

Em primeiro lugar a Igreja é apresentada como Igreja de todos, mas eminentemente como IGREJA DOS POBRES, a serviço dos valores do Reino. “Pobreza na Igreja” é o título do documento 14 e o centro de sua proposta teológica e pastoral:

“Queremos que a Igreja na América Latina seja evangelizadora e solidária com os pobres, testemunha do valor dos bens do Reino e humilde servidora de todos os homens de nossos povos” (MED 14, 8).

A opção pelos pobres de Medellín é renovada em Puebla:

“A Conferência de Puebla volta a assumir com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres [...]” (P. 1134).

Esta reconhece que a situação dos pobres se agravou:

“A imensa maioria de nossos irmãos continua vivendo em situação de pobreza e até miséria que se veio agravando. Queremos tomar consciência do que a Igreja latino-americana fez ou deixou de fazer pelos pobres depois de Medellín, como ponto de partida para a busca de pistas opcionais eficazes em nossa ação evangelizadora no presente e no futuro da América Latina” (P. 1135).

Faz dos pobres a medida do nosso seguimento de Jesus:

“Ao aproximar-nos do pobre para acompanhá-lo e servi-lo, fazemos o que Cristo nos ensinou, quando se fez irmão nosso, pobre como nós. Por isso, o serviço dos

pobres é medida privilegiada, mas sem exclusivismo, de nosso seguimento de Cristo” (P. 1145).

Puebla inova em relação a Medellín, ao erigir os pobres em sujeitos e protagonistas da evangelização e mestres da Igreja:

“O compromisso com os pobres e oprimidos e o surgimento das Comunidades de Base ajudaram a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres, enquanto estes a interpelam constantemente, chamando-a à conversão, e porque muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus” (P. 1147).

Aparecida, por sua vez, aprofunda o enraizamento cristológico da opção pelos pobres de Medellín:

“Nossa fé proclama que “Jesus Cristo é o rosto humano de Deus e o rosto divino do homem”(EAm 67). Por isso, “a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza” (DI 3). Essa opção nasce de nossa fé em Jesus Cristo, o Deus feito homem, que se fez nosso irmão (cf. Hb 2,11-12)” (AP 392).

O documento 15 de Medellín sobre a Pastoral Orgânica apresenta as COMUNIDADES DE BASE, como o caminho para renovar as estruturas eclesiais, a partir do chão da sociedade e da Igreja, dando amplo espaço aos leigos e leigas, à centralidade da Palavra de Deus apropriada pelos pequenos, à junção entre fé e vida, entre vivência eclesial e compromisso social e político transformadores:

“... Por conseguinte, o esforço pastoral da Igreja deve estar orientado para a transformação dessas comunidades [de base] em ‘família de Deus’, começando por tornar-se presente nelas como fermento, por meio de um núcleo, mesmo pequeno, que constitua uma comunidade de fé, esperança e caridade (LG 8). Assim, a comunidade cristã de base é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve, em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão. É ela, portanto, célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento (MED 15, 10).

Enquanto em países como o Brasil, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se tornaram prioridade da Igreja toda em seus planos e diretrizes pastorais, noutros como a Colômbia, foram proibidas, acusadas de serem Igreja “paralela” ou Igreja “popular”, em sentido pejorativo. É sintomático que o grupo de bispos eleitos para sistematizar as propostas aprovadas no Sínodo da América (1997), com vistas à redação da Exortação pós-sinodal *Ecclesia in America*, tivesse sido advertido pelo Cardeal Jan Schotte, secretário do Sínodo que as palavras “CEBs” e “Teologia da Libertação”, para podiam constar do texto. Nas propostas em que apareciam referências às CEBs, estas eram substituídas por “pequenas comunidades” ou “comunidades cristãs de base”.

Em Aparecida, os bispos expressaram seu apreço às CEBs, reconheceram o valor de sua experiência eclesial, seu vínculo com a caminhada inicial das primeiras comunidades nos Atos dos Apóstolos; a experiência martirial de muitos de seus integrantes e seu laço histórico com Medellín:

“Na experiência eclesial da América Latina e do Caribe, as Comunidades Eclesiais de Base têm sido escolas que têm ajudado a formar discípulos e missionários do Senhor, com o testemunho da entrega generosa, até derramar o sangue, de muitos de seus membros. Elas abraçam a experiência das primeiras comunidades, como estão descritas nos Atos dos Apóstolos (At 2,42-47). Medellín reconheceu nelas uma célula inicial de estruturação eclesial e foco de fé e evangelização. Enraizadas no coração do mundo, são espaços privilegiados para a vivência comunitária da fé, mananciais de fraternidade e de solidariedade e alternativa à sociedade atual fundada no egoísmo e na competição desapiadada” (AP 178)⁹.

COLEGIALIDADE MAIS PLENA E COMPLETA

Vaticano II será lembrado como o Concílio que restabeleceu no seio da Igreja Latina a sinodalidade como elemento essencial da estrutura eclesial, que tem à sua frente o colégio dos doze. Nesse colégio, Pedro recebeu a incumbência de confirmar os irmãos: “Et tu, aliquando conversus, confirma fratres tuos”, “quando, porém, te

⁹ O texto sobre as CEBs elaborado e aprovado pelos Bispos em Aparecida sofreu pesada intervenção por parte de Roma que mutilou o original, realizando cortes e introduzindo acréscimos que ressuscitaram de maneira anacrônica desconfianças e suspeitas dos anos 70.

converteres, confirma teus irmãos” (Lc 22, 32). Vaticano II busca restabelecer certo equilíbrio, não ainda alcançado, entre primado petrino e colegialidade episcopal. Faltou-lhe avançar no sentido de estabelecer o princípio da colegialidade das igrejas entre si e não apenas entre seus pastores, os bispos. O modo de encarnar essa co-responsabilidade dos bispos todos junto com o Papa no governo da Igreja ficou, porém, a meio caminho com a instituição do Sínodo dos Bispos dotado apenas de caráter consultivo, mas não deliberativo.

Medellín num quase desdobramento da assembléia conciliar, a nível continental, exerceu a colegialidade, de maneira deliberativa, desembocando num magistério próprio, sem similar na experiência eclesial da África, Ásia e Europa. Nesse sentido, a Conferência de Medellín representou um modelo mais próximo de um Concílio Ecumênico deliberante do que dos atuais Sínodos apenas consultivos.

Santo Domingo, pelo rígido controle a que foi submetido por parte das autoridades romanas representou um nítido retrocesso. A convocação do Sínodo da América (1997), que interrompeu a série das Conferências do Episcopado, deixou no ar a dúvida se haveria ainda espaço para uma nova Conferência Geral do Episcopado Latino-americano.

Na verdade, quando o CELAM solicitou a Roma, a convocação de uma V Conferência, que no início do novo milênio permitisse a América Latina e o Caribe pesar as novas circunstâncias e propor o rumo de sua caminhada, a resposta primeira da Secretaria de Estado foi: Sínodo, sim; Conferência, não; Sínodo em Roma, sim; na América Latina, não, devido à precária saúde do Papa que gostaria de participar.

O CELAM levou a questão diretamente a João Paulo II, manifestando o desejo de realizar uma nova Conferência do Episcopado da América Latina e do Caribe e não um Sínodo. Diante do impasse o Papa pediu que fossem consultados os cardeais latino-americanos e as Conferências episcopais do continente. Dos cardeais, 12 propuseram a realização de um Sínodo e 18 de uma Conferência. Das Conferências episcopais apenas uma manifestou-se pelo Sínodo e 21 por uma nova Conferência. O Papa determinou então que se seguisse a tradição da igreja latino-americana.

Manter esta tradição é crucial para a América Latina, mas também para a Igreja universal, no sentido de que floresçam, em comunhão com a Sé romana, as igrejas locais, com sua pastoral, sua teologia, sua liturgia, seu magistério, suas assembléias deliberativas, dotando-se de instrumentos pastorais próprios, cada vez mais enraizados e inculturados na realidade de cada região e continente.

Medellín foi de forma eminente uma experiência de colegialidade do conjunto da Igreja latino-americana, representada não apenas pelos bispos eleitos pelas 22 Conferências episcopais do continente, mas por um grupo representativo de leigos e leigas, incluindo jovens e indígenas, operários e intelectuais, camponeses e estudantes universitários; religiosos e religiosas, presbíteros, diáconos, mas também convidados de outras igrejas cristãs e do judaísmo e finalmente as Igrejas irmãs dos Estados Unidos e do Canadá, de Espanha e Portugal, além de contar com a presença no Papa na sua sessão de abertura em Bogotá e do seu delegado na presidência tríplice, na pessoa do Cardeal Antônio Samoré. O método seguido para os trabalhos nos grupos e a premência do tempo fez com que os 16 documentos fossem elaborados e votados nos grupos, com a participação de todos e todas em pé de igualdade. Não se chegou assim a um posterior documento de síntese, elaborado por uma comissão de redação e votado apenas pelos bispos delegados, mas a estes 16 documentos mais participativos que envolveram todos os segmentos da Igreja e contou com ampla cooperação ecumênica. Viveu-se ali o clima próprio das Assembléias Diocesanas ou das Assembléias do Povo de Deus que espelham melhor a diversidade de ministérios, carismas e vocações do conjunto do povo de Deus.

Medellín continua nos desafiando, como Jesus no final do discurso das parábolas em Mateus, a nos tornarmos discípulos do Reino e a sermos semelhantes ao pai de família do evangelho, “que tira do seu baú, coisas novas e velhas” (Mt 13, 52).

Pe. José Oscar Beozzo <jbeozzo@terra.com.br>

São Paulo, 12 de setembro de 2008

Mairiporã, 24 de setembro de 2008